



UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE UM CURSO DE EXTENSÃO *ONLINE* PARA FORMAÇÃO SOBRE OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL

BERNARDINO, Renata Venturim¹

RESUMO:

Esta pesquisa se propôs a discutir os Fundamentos do Serviço Social a partir de uma experiência de Estágio Supervisionado em Serviço Social realizado em um projeto de extensão do Grupo de Estudos Fundamentos da Política Social e Serviço Social (Lotus), vinculado ao curso de Serviço Social da Ufes, por meio do acompanhamento *online* de um curso de formação ocorrido no ano de 2021 para assistente sociais que atuavam na área de Seguridade Social no estado do Espírito Santo. O estudo tem natureza qualitativa com abordagem exploratória e descritiva, e alguns recortes das discussões ocorridas durante o curso serviram de base para as reflexões apresentadas e articuladas a um referencial teórico atual sobre o tema. Concluiu-se que existem diversos desafios na prática profissional no que se referem as suas atribuições em espaços sócio-ocupacionais da Seguridade Social, que se acentuaram no contexto pandêmico da Covid-19 se afirmando a importância da formação continuada.

PALAVRAS-CHAVE: projeto de extensão; fundamentos do Serviço Social; formação continuada.

1. INTRODUÇÃO

A prática de estágio em Serviço Social realizado em um projeto de extensão foi a base para o desenvolvimento deste artigo, pois entende-se ser imprescindível a articulação do tripé Ensino/Pesquisa/Extensão para o desenvolvimento de uma atitude investigativa e da competência para a formulação e realização de projetos de pesquisa, na mediação da Universidade com a sociedade através da Extensão, de modo a criar um fluxo permanente com esse tripé por meio de Núcleos Temáticos e grupos de pesquisa, unindo pesquisadores, estagiários e profissionais.

¹ Socióloga e Assistente Social, mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: renatavb.ifes@gmail.com

Os projetos de extensão devem conter propostas de atuação na realidade social e a extensão universitária se constitui em um processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa, de forma indissociável, com a interação sistematizada com a comunidade (UFES, 2014, p.1). Essa premissa, por sua vez, decorre de discussões acerca da consolidação de determinado projeto de Universidade, envolvendo uma proposição filosófica, política, pedagógica e metodológica para a formação e o conhecimento desenvolvidos na e pela Universidade (GONÇALVES, 2015).

No que se refere à minha experiência como estagiária em Serviço Social, o campo de estágio chama-se Grupo de Estudos Fundamentos da Política Social e Serviço Social (Grupo Lótus), criado em março de 2021, vinculado ao Departamento de Serviço Social (DSS) ligado ao Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES, 2021a), de modo que participei de seu projeto de extensão intitulado “Os fundamentos do Trabalho da(o) assistente sociais no estado do Espírito Santo em tempos de Pandemia por Covid-19”, desenvolvido em parceria com o Conselho Regional de Serviço Social 17ª Região (CRESS-ES) e a Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI), sendo um projeto com interesse social no qual possibilitou-me o desenvolvimento e o acompanhamento da prática profissional de gestão de projeto de extensão do Serviço Social, e, assim como entendem Silva e Quimelli (2006), se constituiu em um espaço de formação profissional do assistente Social e da efetivação dos princípios do projeto ético-político.

Ainda que este estágio no projeto de extensão tenha sido desenvolvido de forma *online*, seu processo está situado à dinâmica atual da formação profissional, da organização e da gestão do trabalho organizacional do assistente social, “alicerçado pelas dimensões jurídico-política e político-organizativa da profissão” (LEWGOY, 2021, p. 30), de modo que meu estágio foi supervisionado por uma professora e assistente social que atua na Pesquisa e Extensão em Serviço Social, coordenando o Grupo Lótus/Ufes, na realização de estudos sociais ligados às políticas sociais públicas, com vistas a estabelecer sucessivas aproximações teórico-práticas e a apreender a realidade concreta, tendo em vista que em diferentes espaços sócio-ocupacionais existem novas configurações que o trabalho do assistente social vem assumindo o que traz novos desafios profissionais, como apontam Motta (2014) e Matos (2015).

Também é importante destacar o cenário demarcado pela crise sanitária, econômica e política com a pandemia por Covid-19 no ano de 2021, em que o Grupo Lótus nasce nesse contexto e se propõe a adaptar-se promovendo um curso *online* de formação profissional direcionado a assistentes sociais inscritos e com registro ativo no CRESS-ES, que atuavam nas políticas sociais da Seguridade Social no Estado do Espírito Santo.

Neste artigo apresento, inicialmente, meu relato de experiência quando desenvolvi extensão universitária, como estagiária em Serviço Social, no segundo semestre do ano de 2021, junto ao Grupo Lótus, participando de seu Projeto de Extensão, como integrante da comissão organizadora, por meio do acompanhamento da implementação do curso de formação intitulado “O trabalho da/o assistente social no Espírito Santo em debate” que foi realizado no segundo semestre do ano de 2021, através da plataforma *google meet*.

A equipe organizadora do curso considerou que este curso foi uma experiência exitosa mesmo que tivessem iniciado com 80 inscritos e terminado com 20 concludentes, visto que muitos participaram do seu local de trabalho, pois não tiveram a liberação de sua chefia para realizá-lo. A maioria dos profissionais que participaram do curso realizaram sua graduação na modalidade em Educação à Distância (EaD), não foram formados com base nas diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social (ABEPSS, 1996) e demandavam formação voltada para as atribuições do assistente social, o código de ética da profissão, as competências deste profissional e sobre as demandas do Serviço Social. Nesse sentido, a comissão organizadora do curso ofertou este curso de modo a responder às necessidades sociais que, transformadas em demandas, seriam privilegiadas nos processos de trabalho nos quais a profissão é requerida (COUTO, 2009).

Com abordagem exploratória e descritiva, apresento neste artigo alguns recortes das discussões ocorridas durante o curso serviram de base para as reflexões apresentadas e articuladas a um referencial teórico atual sobre o tema.

Nas considerações finais ressalto a importância da formação continuada para os profissionais do Serviço Social a partir das impressões obtidas com a minha participação como integrante da comissão organizadora deste curso de formação. Evidencio a necessidade e a importância do debate sobre os fundamentos e as atribuições do Serviço Social nos espaços sócio-ocupacional da Seguridade Social, considerando a atuação profissional em sua totalidade de forma contextualizada.

Acredita-se que estas reflexões poderão auxiliar no aprimoramento de proposta de formação continuada por meio de projetos de extensão das universidades voltados para os profissionais do Serviço Social.

2. EXPERIENCIANDO UM CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL SOBRE OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL

A prática de estágio permite aos estudantes de graduação de Serviço Social deparar-se com realidades variadas, o que possibilita aprendizagens singulares, contudo a experiência de realizar estágio *online* trazem novos aprendizados e desafios.

O curso de formação intitulado “O trabalho da/o assistente social no Espírito Santo em debate”, realizado no ano de 2021, em formato *online*, se apresenta como uma formação profissional que se constitui em uma ação de extensão, promovido em parceria entre o Grupo Lótus, o CRESS-ES e a COFI, cujo objetivo foi contribuir com o processo de formação continuada de assistentes sociais atuantes nos diversos espaços sócio-ocupacionais numa perspectiva crítico-propositiva, visando a aprofundar o conhecimento sobre os fundamentos do Serviço Social e suas particularidades no estado do Espírito Santo (UFES, 2021b).

Essa experiência como estagiária e integrante da comissão organizadora desse curso de formação para assistentes sociais atuantes da área da Seguridade Social, permitindo-me construir olhares e reflexões acerca da formação continuada e dos pressupostos dos fundamentos da profissão.

O curso de formação em questão foi dividido em quatro módulos, com os seguintes títulos: Módulo 1 - “Fundamentos Teóricos-Metodológico do Serviço Social Brasileiro – sua construção histórica no Brasil e Espírito Santo”; Módulo 2 - “Atribuições e Competências do trabalho profissional e o Projeto Ético Político em tempos de Pandemia no Brasil e Espírito Santo”; Módulo 3 - “Organização política da categoria, seus desafios e a construção de estratégias coletivas”; e Módulo 4 - Encerramento. Por meio destes módulos, foram suscitadas aos participantes do curso reflexões quanto à articulação e materialização dos fundamentos do Serviço Social em suas práticas profissionais e em seus planos de trabalho.

Vinte assistentes sociais que atuavam nas políticas sociais da Seguridade Social no Estado do Espírito Santo concluíram este curso de extensão, sendo que a maioria deles obteve sua formação acadêmica em cursos de graduação em Serviço Social na modalidade EaD, o que pode trazer limitações formativas. Pois, assim como afirmam diversas entidades nacionais de serviço social, a modalidade de EaD na formação profissional em serviço social indicam diversas situações e procedimentos que precarizam o processo formativo (CFESS, CRESS, ABEPSS, ENESSO, 2007).

O conjunto CFESS-CRESS realizam esforços políticos e acadêmicos para alertar para o aprofundamento da precarização do ensino superior no país e a negação do direito a uma educação presencial, de qualidade e universal e, nesse sentido, sobre a incompatibilidade entre graduação na modalidade EaD e o Serviço Social. Entende-se que esta modalidade não atende às necessidades reais da maioria da população brasileira inserida no mundo do trabalho na condição de classe trabalhadora, e “indica a tendência crescente de desqualificação do processo formativo e concomitante desvalorização profissional, com conseqüente reconfiguração do perfil profissional” (CFESS, 2014, p. 34).

Diante dessas considerações, apresento a seguir as principais discussões ocorridas durante do curso de formação.

2.1. O OLHAR PROFISSIONAL SOB HORIZONTE EMANCIPATÓRIO

Busca-se por meio desse curso de formação *online* mobilizar os assistentes sociais a resgatar em seus horizontes a identidade profissional, reafirmando a direção social da profissão, visto que o enfrentamento do profissional se dá pela compreensão de domínios dos fundamentos da profissão e pelo protagonismo dos sujeitos dentro de uma lógica coletiva.

O papel do Serviço Social no horizonte emancipatório já está posto pelos princípios ético-políticos da profissão, sendo que é através do trabalho deste profissional que se materializam esses princípios, quando visa à democratização e a formação de uma consciência crítica dos usuários.

Apesar dos processos de trabalhos serem cooperativos e envolverem outros profissionais, o assistente social precisa afirmar a especificidade de seu trabalho pela dimensão investigativa sobre a realidade considerando as particularidades da questão social de forma contextualizada; sendo que o debate das atribuições e competências privativas tem um lugar demarcado na profissão e está estabelecido nos Arts 4º e 5º da Lei nº 8662/1993, com base no que é matéria, unidade e área do Serviço Social.

O Serviço Social nasce e é legitimado para atender aos interesses diversos, mas é preciso compreender esta profissão no processo de luta de classes. Como um trabalho especializado, ele vai se inserir de forma contraditória na divisão sócio-técnica do trabalho, como um profissional liberal e assalariado. Nesse sentido, a profissão é parte da contradição, pois contribui para a produção e a reprodução das relações sociais capitalistas.

A partir da obra da Lamamoto (2008) vemos que o objeto de trabalho do assistente social são as múltiplas expressões da questão social, com as quais convive cotidianamente e se constituem na matéria-prima de seu trabalho. A questão social surge a partir da emergência da sociedade urbano-industrial, com as mudanças na forma de produzir e reproduzir a vida social, relacionada à relação capital/trabalho e às consequências advindas desse processo: exploração, opressão, precárias condições de trabalho e vida da classe trabalhadora. Constitui-se, assim, um grande desafio para o Serviço Social, os movimentos sociais e para a sociedade como um todo, construir propostas de enfrentamento, de organização e lutas, considerando que a questão social e a questão racial estão profundamente inter-relacionadas no Brasil (DURANS, 2014).

Também foi discutido no curso sobre a reestruturação produtiva no Brasil nos anos 1990, a nova morfologia do trabalho e a implantação de políticas sociais com traços focalizantes e privatizantes e sua configuração baseada na rotinização e padronização do trabalho, na prescrição de tarefas e em mecanismos de controle de trabalho, burocratização do trabalho, que rebatem sobre as competências e as atribuições profissionais e traz

implicações éticas para o assistente social. Tratam-se de processos que, de modo geral, reproduzem as condições de precariedade e de superexploração da força de trabalho a que são submetidas as classes trabalhadoras, representando uma nova morfologia do trabalho no Serviço Social (RAICHELIS, 2020).

Ao longo deste curso de formação, os profissionais levantaram vários aspectos pertinentes que desafiam o trabalho do assistente social na contemporaneidade. Entre eles foram citados: a dicotomia entre teoria e prática, a aplicação do materialismo histórico-dialético no exercício profissional, o pluralismo no cotidiano profissional, as demandas instituições e profissionais (do empregador e do usuário), as práticas conservadoras e alienantes no cotidiano profissional e o fato do profissional do Serviço Social ser confundido com profissionais de outras áreas (como pedagogia, psicologia, por exemplo), entre outros.

Percebe-se que em suas práticas cotidianas os profissionais são, muitas vezes, requisitados para demandas que não condizem com as atribuições e competências da profissão, pois esta é muitas vezes associada à execução de atividades terminais, assistenciais, caritativas, tecnicistas, psicologizantes, como “protoformas” do Serviço Social. Contudo, existem diversos desafios postos à profissão frente aos ataques aos direitos da classe trabalhadora, às precarizações tanto no ensino quanto no processo de trabalho, que exigem atualização para a consolidação da perspectiva crítica da profissão (sustentada no materialismo dialético). Desta forma, a dimensão da educação permanente se apresenta como um “instrumento de luta ideológica e política da categoria profissional” (CFESS, 2012, p. 06).

É preciso diferenciar as demandas da instituição das demandas da população, conhecer a instituição onde atua e articular-se com os movimentos sociais, de modo a se pensar a metodologia de trabalho como uma relação entre teoria e método envolvendo as competências profissionais. Pois, muitas vezes, ocorre a subordinação do Serviço Social aos interesses institucionais, que não coadunam com as demandas da sociedade/usuários. Ceder-se a isso, por sua vez, contribui para a diluição da atuação do assistente social do trabalho profissional à política e à subalternização da profissão, com a desespecialização e desprofissionalização a partir de cargos genéricos e desregulamentação da profissão, como “agentes executores terminais de políticas sociais” (NETTO, 2011, p. 74), sem atuar no enfrentamento das múltiplas expressões da questão social. Ainda que a intensificação da exploração do trabalhador seja estrutural, cabe ao assistente social resistir e defender o projeto profissional, suas competências e atribuições privativas, para enfrentar esse contexto de forma coletiva e com horizonte emancipatório.

Isso nos remete também ao entendimento de Lima e Miotto (2009, p. 26) de que um dos grandes desafios a ser enfrentado pela profissão é romper com as “dicotomias entre a dimensão teórico-metodológica e a dimensão técnico-operativa (teoria *versus* prática), entre

o individual *versus* o coletivo”, além de romper, no âmbito da formação profissional, com a “ilusão de que a apropriação dos conteúdos de Fundamentos da Vida Social e Fundamentos Sócio-Históricos da Sociedade Brasileira combinadas com a apropriação dos instrumentos técnico-operativos” seriam suficientes para o assistente social realizar as mediações necessárias ao seu processo de trabalho.

2.2. REAFIRMANDO AS DIMENSÕES TÉCNICO-OPERATIVA, TEÓRICO-METODOLÓGICO E ÉTICO-POLÍTICA DA PROFISSÃO

No curso de formação foi problematizada a dimensão técnico-operativa do exercício profissional dos assistentes sociais, no contexto do projeto da profissão, articulando-a às dimensões teórico-metodológica e ético-política, e reafirmada a necessidade dos assistentes sociais discutirem os fundamentos do Serviço Social (teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo), bem como materializarem o método materialismo-dialético em seu cotidiano profissional.

A dimensão técnico-operativa do Serviço Social implica em reconhecer a complexidade dada pela diversidade de espaços sócio-ocupacionais nos quais os profissionais transitam e pela própria natureza das suas ações nos diferentes âmbitos do exercício profissional (LIMA; MIOTO, 2009). Como aponta Guerra (2009), é no âmbito da sua inserção na divisão social e técnica do trabalho que o assistente social pode “captar como as diversas expressões da questão social se particularizam em seu espaço sócio-ocupacional e chegam como demandas que dependem de sua intervenção profissional” (GUERRA, 2009, p. 4). Assim, o profissional do Serviço Social, em seu espaço sócio ocupacional, pode estabelecer relações entre o método materialismo-dialético para explicar a realidade e ir além da aparência e do imediatismo.

Ainda que o assistente social seja profissional liberal e assalariado, é necessário que este profissional, dotado de autonomia relativa, interrelacione as três dimensões dos fundamentos do Serviço Social (teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo) no cotidiano profissional, reafirmando as atribuições e competências de sua profissão, com a centralidade do trabalho e dos fundamentos da profissão, a fim de romper com as práticas institucionais de subordinação.

Nesse sentido, o assistente social precisa seguir os preceitos do Código de Ética Profissional e as demais normativas emitidas pelo conjunto CFESS-CRESS, como direção de sua intervenção profissional, sistematizando a sua ação profissional e mantendo-se atualizado por meio da formação continuada. Assim, estará preparado para enfrentar as condições objetivas e subjetivas com postura investigativa e propositiva em seu cotidiano

profissional, considerando que a identidade e a defesa da profissão são construídas coletivamente.

O assistente social precisa reconhecer que estamos inseridos em uma totalidade social, na qual o Serviço Social é parte e é expressão das relações sociais, como um trabalho especializado que vai se inserir de forma contraditória na divisão sócio-técnica do trabalho. O sistema capitalista compõe um processo desigual e combinado com a apropriação privada do capital, de modo que a burguesia é a classe social dominante dentro do sistema que detém os bens de produção ou o capital. O assistente social faz parte desse processo, pois, pertencente à classe trabalhadora e vende sua força de trabalho.

Outro aspecto importante levantado foi que os profissionais produzam documentos técnicos que se constituem em instrumentos técnico-operativos (entrevistas, relatórios, laudos sociais, encaminhamentos, visitas domiciliares, etc.) no âmbito dos fundamentos do Serviço Social, de modo que tenham relação com a matéria do Serviço Social, se constituindo em uma atribuição privativa. Pois, como afirma Iamamoto (2000, p.52), é necessário enfrentar o desafio de “transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade” atribuindo, ao mesmo tempo, uma maior atenção às estratégias, táticas e técnicas do trabalho profissional.

A categoria profissional não é homogênea e que existem campos de disputas e limitações profissionais. Daí a necessidade de se afirmar a defesa de um projeto societário transformador, atuando a partir da direção social hegemônica da profissão, de forma comprometida com o projeto ético-político da profissão e com a classe trabalhadora. Como também, faz-se necessário romper com a concepção endógena, a neutralidade, o conservadorismo, o tradicionalismo, o assistencialismo e a tecnificação da caridade, presentes em seu cotidiano profissional. Daí a importância dos assistentes sociais coletizarem as competências e as atribuições da profissão e atuar para além das demandas institucionais, de forma respaldada juridicamente pela legislação e pelos aparatos normativos, historicamente construídos pela categoria, como uma forma de fortalecimento e defesa da profissão.

No país, o projeto ético-político hegemônico, a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/1993), pelo Código de Ética Profissional de 1993, as Diretrizes Curriculares de 1995, etc. estruturam a direção hegemônica no que concerne aos fundamentos teórico-metodológicos, que orientam a formação profissional, a prática profissional e a organização política do conjunto da categoria e dos estudantes. Eles fortalecem e respaldam as ações profissionais na direção de um projeto em defesa dos interesses da classe trabalhadora e se articula com as lutas sociais por direitos na construção de outro projeto de sociedade.

O Serviço Social tem buscado explicar e intervir sobre a realidade, em que são configurados pelos fundamentos e tendências históricas e teórico-metodológicas da

profissão. Como nos mostra Yazbek (2009, p. 21), diante da “crise” de referenciais analíticos que atravessa a polêmica profissional na atualidade e se expressa pelos confrontos com o conservadorismo que se atualiza em tempos pós-modernos, se coloca como desafio à profissão a consolidação do projeto ético-político, sob a influência da tradição marxista.

O debate desenvolvido neste curso de formação mostrou-se importante para os assistentes sociais das políticas sociais da Seguridade Social, considerando que vivemos em tempos de conservadorismo e de neoliberalismo, sendo que a questão social e suas expressões na vida da classe trabalhadora foram agravadas com a pandemia do SARS-Cov-2, trazendo mais desafios para a garantia de direitos a esta classe.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através de minha experiência como estagiária e membro integrante da comissão organizadora do curso de extensão de Serviço Social, “O trabalho da/o assistente social no Espírito Santo em debate”, foram apresentadas neste artigo algumas reflexões a partir das discussões ocorridas durante este curso articuladas a um referencial teórico atual sobre os Fundamentos do Serviço Social.

Evidencia-se que a promoção desse curso de formação materializa a prática profissional do Serviço Social, sendo uma atividade de extensão fruto de uma parceria, realizada no ano de 2021, entre o Grupo Lótus/Ufes, CRESS-ES e COFI, que visou a contribuir com o processo formativo ou a formação continuada de assistentes sociais que atuavam nas políticas sociais da Seguridade Social no estado do Espírito Santo, numa perspectiva crítico-propositiva, em um contexto de conservadorismo e de neoliberalismo, em que a questão social e suas expressões na vida da classe trabalhadora foram agravadas com a pandemia do SARS-Cov-2.

Esse curso de formação proposto por assistentes sociais e para assistentes sociais, está baseado na defesa do projeto de profissão e se mostra alinhado ao entendimento do Conselho Federal de Serviço Social acerca da Política de Educação Permanente. Nele, foi abordado um conteúdo adequado para que estes profissionais reconhecessem os desafios profissionais e se vissem como protagonistas e responsáveis pela apropriação dos aparatos normativos da categoria e pela elaboração de seus planos de trabalhos como uma forma de fortalecimento e defesa da profissão.

Este curso de formação permitiu que os participantes refletissem acerca dos fundamentos da profissão em suas práticas profissionais a partir de discussões sobre as relações sociais e Serviço Social, Trabalho e Questão Social e suas particularidades no Brasil e no Espírito Santo. Contudo, faz-se necessária a qualificação teórica, ética, política e técnica permanente do profissional para que este possa dar respostas concretas em seu

cotidiano profissional, que exige imediatividade e espontaneidade, considerando as contradições presentes no campo do exercício profissional de Serviço Social.

Ficou evidente por meio deste curso que não basta o assistente social participar de cursos de formação, mas ele precisa se ver como protagonista e se colocar como sujeito desse processo formativo e que o enfrentamento em seu cotidiano profissional requer um trabalho coletivo. O assistente social precisa compreender que a realidade é caótica e dialética, sendo que, para intervir, é preciso conhecer a realidade, ter procedimentos adequados e também se utilizar do planejamento e da pesquisa.

O curso foi bem avaliado pelos participantes e todos confirmaram que o curso vai contribuir em seu trabalho ou em sua formação profissional. Apesar de toda a parceria ter sido realizada de forma *online*, foi uma experiência desafiadora e enriquecedora, com resultados positivos para a sistematização da prática profissional.

A proposta deste curso de formação se apresentou pertinente e de extrema relevância para a formação profissional dos assistentes sociais capixabas tendo em vista que foram abordados assuntos como as atribuições e as competências profissionais dos assistentes sociais e a relação entre o trabalho e a formação profissional, analisadas à luz dos fundamentos históricos, teórico-metodológicos e ético-políticos do Serviço Social, de modo que se reconheça que estamos inseridos em uma totalidade social, na qual o Serviço Social é parte e é expressão das relações sociais.

A partir do que foi exposto, foi confirmado por meio deste curso de formação que os assistentes sociais precisam defender as atribuições e competências da profissão em seus espaços sócio-ocupacionais a partir da centralidade do trabalho e dos fundamentos da profissão. Existem especificidades do trabalho do assistente social, sendo relevante que o profissional desenvolva cotidianamente sua instrumentalidade ao encontro do projeto ético-político defendido pela profissão, pois o reconhecimento da profissão deve ser construído, sistematizado e apresentado junto à equipe e ao usuário nos espaços sócio-ocupacionais. Como também, faz-se necessário o aprofundamento da interlocução com o pensamento marxiano como alicerce teórico-metodológico para apreender a realidade sob uma perspectiva de totalidade baseados em princípios ético-políticos da profissão.

4. REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, novembro de 1996. 27 p. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf Acesso em 25 jul. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 7 de junho de 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm> Acesso em: 04 abr 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Política de educação permanente do conjunto CFESS-CRESS**. Brasília/DF: CFESS, 2012. 52 p. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_POL-EDUCACAO-PERMANENTE.pdf . Acesso em: 05 dez. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Quanto ao perfil de profissional formado/a na modalidade de EaD: reflexões necessárias. In: _____. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e serviço social**. Brasília/DF, 2014. Vol. 2, p. 33-35. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS_incompatibilidade_volume2_2014.pdf . Acesso em 27 nov 2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS); CONSELHOS REGIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL (CRESS); ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS); EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL (ENESSO). **Posicionamento das entidades nacionais de serviço social sobre criação e proliferação de cursos de graduação à distância**. Brasília, 25 de abril de 2007. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/06_posicionamento_entidades.pdf. Acesso em: 17 nov 2021.

COUTO, Berenice Rojas. Formulação de projeto de trabalho profissional. In: CFESS/ABESS (Orgs.). **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, 2009.13p. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7912/2/Formulacao_de_Projeto_de_trabalho_Profissional.pdf Acesso em 08 set 2021.

DURANS, Cláudia Alves. Questão Social e Relações Étnico-Raciais no Brasil. **Revista de Políticas Públicas**. São Luís, Número Especial, p. 391-399, julho de 2014. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/2731> . Acesso em 19 set 2021.

GONÇALVES, Nadia G. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. **Perspectiva**. Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1229-1256, set./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2015v33n3p1229> . Acesso em: 21 jul 2021.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília/DF, 2009. 20 p. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/C8pQHQOyl68c9Bc41x5Y.pdf> . Acesso em 08 set 2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**, 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2000. 328p.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social**. Cortez Editora. São Paulo. 2008. 495 p.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. Estágio supervisionado em Serviço Social em tempos de Ensino Remoto Emergencial: desafios para a formação acadêmico-profissional. In: ABEPSS. **A Formação em Serviço Social e o Ensino Remoto Emergencial**. Brasília, maio de 2021. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/20210611_formacao-em-servico-social-e-o-ensino-remoto-emergencial-202106141344485082480.pdf . Acesso em: 15 jul. 2021

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo. **Revista Textos & Contextos**. Porto Alegre v. 8 n.1 p. 22-48. jan./jun. 2009. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/5673/4126>. Acesso em 06 set 2021.

MATOS, M. Castro de. Considerações sobre atribuições e competências dos assistentes sociais na atualidade. In: **Serviço Social e Sociedade**, n.124. São Paulo. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/zKqHPXTYyTSPvMBrGZnzgjm/?lang=pt&format=pdf> . Acesso em: 1 mai 2018.

MOTA, Ana. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do Assistente Social. In: **Serviço Social e Sociedade**, n. 120, São Paulo: Cortez, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/gkDFx8PW5zwSCRRbDrhWwcv/?lang=pt&format=pdf> . Acesso em: 10 jun 2018.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RAICHELIS, Raquel. Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia do trabalho no Serviço Social. In: CFESS (org.). **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. vol 2. Brasília, CFESS, 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS202-AtribuicoesPrivativas-Vol2-Site.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

SILVA, Soraya Petla; QUIMELLI, Gisele A. de Sá. A extensão universitária como espaço de formação profissional do assistente Social e a efetivação dos princípios do projeto ético-político. **Revista Emancipação**. 6(1): p. 279-296, 2006. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4023485.pdf> . Acesso em: 20 jul 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. A instituição. Vitória. 2021a. Disponível em: <https://www.ufes.br/institui%C3%A7%C3%A3o> . Acesso em: 21 jul 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. LÓTUS – Grupo de Estudos Fundamentos da Política Social e Serviço Social. Os Fundamentos do Trabalho da/do Assistente Social no Estado do Espírito Santo e Pandemia por Covid-19: atribuições e competências profissionais. **Projeto de Pesquisa**. Vitória/ES. 2021b, 9 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO. Resolução nº 46 de 2014. Dispõe sobre as normas que regulamentam a Extensão na Universidade Federal do Espírito Santo. UFES/PROEX: Vitória/ES, 2014. Disponível em: https://daocs.ufes.br/sites/daocs.ufes.br/files/field/anexo/resolucao_no_46_2014.pdf . Acesso em: 20 jul 2021.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/Abepss, 2009. 27 p. Disponível em: <http://cressrn.org.br/files/arquivos/ZxJ9du2bNS66joo4oU0y.pdf> . Acesso em 19 set 2021.